

DISCURSO DO ESTADO DO SECTOR

“XXV FÓRUM DA INDÚSTRIA TÊXTIL”

Senhor

Secretário de Estado da Economia

convidados

Excelência,

O sector têxtil e vestuário português vive hoje um dos momentos mais desafiantes da sua história recente.

Já neste século enfrentamos diversos choques competitivos, a começar pela abertura do comércio têxtil internacional e a concorrência chinesa daí decorrente, sem regras ou limites, passou pela crise económica e financeira global, a crise da dívida soberana nacional e a intervenção da “troika” de credores no país, para se concluir recentemente com uma pandemia e suas consequências, que, com a guerra na Ucrânia, provocada pela invasão russa, determinaram uma disrupção das cadeias de abastecimento, o regresso da inflação e uma crise energética sem precedentes, obrigando as empresas a verdadeiros exercícios de sobrevivência. Muitas empresas, infelizmente, não conseguiram resistir, mas muitas outras enfrentaram com êxito os reptos, evoluindo de modelos de negócio assentes no preço para outros baseados no valor, recorrendo a apostas na inovação tecnológica, no design e na intensidade de serviço, reforçando a sua presença nos mercados internacionais, não como passivos tomadores de encomendas, mas como ativos criadores de soluções orientadas à satisfação do cliente.

Resiliência, que não é mais que resistir à adversidade adaptando-nos, e tenacidade, acreditando nos projetos empresariais e no sector, têm sido a chave para que a indústria têxtil e vestuário portuguesa se mantenha viva, com uma reputação global de excelência, tornando-se em muitos casos “trend setter” na inovação de produtos e processos.

Contudo, os mais recentes sinais fazem-nos pensar que, todos os argumentos que nos permitiram estar aqui hoje, não serão suficientes no futuro, pois, simultaneamente, com as oscilações da conjuntura, que exigem flexibilidade e imaginação, existem mudanças profundas e estruturais na indústria da moda e que estão a tornar-se um verdadeiro “game changer”, que será ainda mais seletivo para quem nela opera.

Desde 2017, a indústria da moda nos países desenvolvidos está a encolher, razão pela qual escolhemos o tema central deste simpósio de maneira provocadora. Um relatório da McKinsey, divulgado num Congresso da ITMF nessa altura, previa que o consumo per capita de têxteis e vestuário iria declinar na

Europa, estagnar nos Estados Unidos, crescer marginalmente América Sul e na África, onde a base é baixa, mantendo-se fortemente dinâmica na Ásia, que se tornará o grande mercado de consumo até 2030. As razões desta alteração estão essencialmente no consumidor, em particular o consumidor mais jovem, informado por valores diversos das gerações que o precederam, que é sensível ao tema da sustentabilidade ambiental e social, que verifica a origem dos produtos, que opta pela reciclagem, durabilidade das peças e pela circularidade dos processos. Em resumo, consome menos e consome diferente, incluindo nisto a questão da transição digital e o comércio eletrónico, o que nos obriga a repensar toda a cadeia de valor, pois, é o consumidor, o mercado em geral, que determina o rumo e as necessárias transformações de toda a indústria, por mais complexa e extensa que seja a fileira.

Na verdade, a Indústria Têxtil e Vestuário portuguesa tem uma vantagem comparativa quando consideramos o fator da sustentabilidade na futura equação do sector, pois as suas empresas já incorporaram esta realidade há muito, aprimorando-a cada vez, sendo capazes de demonstrar a sua genuinidade quer nos materiais que usam, na energia limpa que empregam, nas condições de trabalho que asseguram e na logística que utilizam para fazer chegar os produtos aos seus clientes.

Não há muitas indústrias no mundo em que a “traceabilidade” do produto e do processo seja tão transparente como a portuguesa, diferenciando-se especialmente da concorrência de países terceiros, cujas práticas de “green washing” já são bem conhecidas do público em geral.

É de realçar que a ATP tem vindo a liderar, no seio da Euratex, as ações tendentes à criação de um “passaporte digital” para atestar a sustentabilidade dos produtos têxteis, onde a informação é completa e comprovada, dando assim garantias ao consumidor sobre a origem dos produtos e os processos que foram nele empregados. Estas exigências estão no quadro mais vasto das obrigações “ESG – Environment/Social/Governance”, que cada vez mais as empresas se encontram obrigadas a prosseguir, não apenas as financeiras ou de grande dimensão, mas todas elas quando interagem entre si e com o mercado, incluindo a exportação, com a entrada em vigor até 2026 de diretivas comunitárias nesse sentido.

Não vale a pena lutar contra a inevitabilidade, sendo mais compensador fazer da ameaça uma oportunidade, e estarmos envolvidos, como estamos, na configuração das regras, de modo que sejam o mais equitativas possível, ou seja que aquilo que é exigido à indústria nacional seja igualmente imperativo para as importações de terceiros, tornando a reciprocidade uma exigência inalienável, nivelando o terreno de jogo, algo que, pela primeira vez, estamos a exigir com sucesso.

Esta visão positiva para o futuro, na qual queremos ser participantes, não obsta, no entanto, a invocar os graves problemas que nos afetam na conjuntura presente, profundamente negativa, não apenas pelo contexto geopolítico delicado e perigoso, mas também pelos efeitos da crise económica, que condiciona o poder de compra nos nossos principais mercados de exportação.

Se o ano passado foi um ano recorde para lembrar nas exportações, este será certamente um ano para esquecer, pela dimensão da queda nas vendas ao exterior, tanto em valor como em quantidade, que, ainda assim, tiveram melhor desempenho que a média europeia.

É nestes momentos que as políticas públicas deverão ajudar, mitigando os efeitos negativos da conjuntura, neutralizando os custos de contexto e tendo políticas públicas ativas para apoiar as empresas, a aguentar,

a reestruturar e a relançar a atividade. Sendo verdade que nas recentes crises a ATP foi ouvida para implementação de ajudas que foram críticas para o sector, nomeadamente nos exorbitantes custos da energia, as empresas ao dia de hoje estão esquecidas. O Banco de Fomento ainda não funciona nem consegue cumprir a missão para que foi criado, tolhido pela burocracia e pela falta de recursos, não auxiliando a capitalização das empresas, com exceção de um limitadíssimo número de empresas, não dando a indispensável cobertura sequer a operações de risco, limitando o dinamismo exportador, não aprovando projetos de investimento que permitiram às empresas ganhar escala e mercado. Temos de ter muita mais ambição, no Orçamento de Estado, onde não se encontram medidas de estímulo à atividade económica e à geração de riqueza, estando focado na distribuição, ignorando quem cria valor, quem realiza investimento e quem tem talento e mérito no país. Pede-se ganho de escala nas organizações, mas não existem medidas que incentivem o crescimento, a produtividade e a expansão, tendo como consequência a previsão de um fraco crescimento económico e a divergência no crescimento com os países que nos são comparáveis.

No passado, em momentos de grande dificuldade da indústria, disponibilizaram-se linhas de crédito de apoio temporário, destinado a permitir às empresas atravessar a conjuntura difícil e preparem a recuperação. Há vários meses que as exportações de bens nacionais estão em queda em todos os sectores de bens transacionáveis, o que é demonstrativo da situação dramática que as empresas estão a viver, sendo urgente o governo dar-lhes a ajuda que precisam e merecem!

O mesmo podemos dizer dos fundos comunitários: o PRR destinou-se à Administração Pública e a poucas empresas, excluindo praticamente todo o tecido empresarial privado; já o Portugal 2030, no novo Quadro Comunitário Plurianual, tarda a arrancar, estando a chegar ao final deste ano sem sequer os regulamentos estarem fechados e as “calls” abertas.

Como é possível manter programas de internacionalização, conjunto ou individuais, num quadro desta natureza, exigindo-se o desembolso antecipado de recursos que são muito escassos, mas que, a não ser feito o sacrifício, diria mesmo o milagre, criaria descontinuidades gravíssimas, que deitariam por terra o esforço de décadas e que asseguram que o país, realize mais de 50% do PIB nas exportações, seja afinal sustentável?

Compreendemos e louvamos o esforço do Ministério da Economia em se tornar o “provedor das empresas”, pois sabemos que é genuína a vontade em ajudar, em apoiar, em promover quem cria valor e riqueza; lamentamos, contudo, que seja uma voz pouco atendida, talvez por razões ideológicas, pelo que nos dispomos em reforçar o respaldo das suas iniciativas, dando a força que falta, para que exista mais economia no Governo, mais fomento nas políticas públicas, mais atenção às empresas e aos empresários, pois serão estes – e sobretudo estes – que farão de Portugal um país mais próspero e desenvolvido. Contem connosco!

Mário Jorge Machado

Presidente da ATP

Barcelos, 24.10.2023